

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA- LICENCIATURA

Jéssica Anjos de Lucena

“É COR DE PELE!”:
Ação Pedagógica e Educação Antirracista na Educação Infantil

Porto Alegre
2. Semestre
2012

Jéssica Anjos de Lucena

“É COR DE PELE!”:

Ação Pedagógica e Educação Antirracista na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher

Porto Alegre

2. Semestre

2012

Dedico este trabalho a todas as crianças afro descendentes, que tem o direito de ter sua cultura reconhecida e valorizada pela escola.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa, não poderia deixar de lembrar aqueles que foram fundamentais neste processo. Quero agradecer...

...a Deus por me dar força para chegar até aqui, por manter viva a minha fé para poder concluir mais esta etapa;

...aos meus pais - meus primeiros educadores de vida - pelo apoio, dedicação e amor incondicional, pelas palavras que me encorajam, pois sonhos são feitos de luta, por me ensinarem o valor de “ser”;

...aos meus irmãos, meus confidentes de infância. Com vocês sou melhor! Obrigada pelos risos propiciados em cada momento;

...à minha avó Nadir e ao meu dindo Júlio pelo apoio, carinho e alegria que me inspiram;

...a toda minha família! Adoro ser parte de cada um de vocês;

...à professora Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher, que orientou divinamente este processo de escrita, por tornar possível o sonho de escrever este trabalho. Obrigada pela paciência, pelo olhar acolhedor, pelos cafés mais doces de minha vida;

...às minhas amigas Mayara Costa da Silva e Rochele Pires Fontoura que foram essenciais para que eu vencesse todas as angústias que apareceram durante estes quatro anos de graduação e que foram minha força e identidade, obrigada por todo o apoio;

...aos meus amigos, que são os irmãos que pude escolher;

...à professora Susana Rangel, minha orientadora de estágio, por suas doces palavras, pelo sorriso sincero, pelo apoio necessário, por sua prática exemplar;

...à professora Jane Felipe por ajudar a dar forma a este trabalho e também pelas ótimas manhãs, recheadas de risos, em meio a tantas emoções;

...aos que foram, são e serão meus alunos, por cada aprendizagem, pelo crescimento profissional e humano, por me mostrarem, todos os dias, que não poderia ser outra coisa na vida a não ser Pedagoga.

*“Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil*

*Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativoiro
E de lá cantou*

*Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou
[...]*”

Paulo Cesar Pinheiro

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa realizada com três professoras da Educação Infantil da rede pública de Porto Alegre, a fim de perceber e analisar como a Lei número 10.639/2003 - que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira - tem sido abordada por estes docentes. Traz referencial teórico em abordagens de Gládis Kaercher (2006), Dagmar Meyer (2006) e Tomaz Tadeu da Silva (1995). A pesquisa é de cunho qualitativo e foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, de forma que estas permitissem a reflexão por parte dos sujeitos participantes acerca de suas práticas com relação à aplicabilidade da lei, bem como a observação das suas salas de aula. Busca analisar as questões acerca dos discursos docentes sobre a temática afro-brasileira e como os mesmos se materializam na ação pedagógica e na educação antirracista. Após análise de dados, três categorias surgiram: os artefatos culturais, as possibilidades de ações pedagógicas que contemplem a afro-brasilidade e a importância da instituição de educação infantil enquanto espaço potencial para aplicação da lei. Então, pude perceber como as relações pedagógicas (entre espaços, ações e corpo docente) constituem as práticas acerca da cultura afro.

Palavras-chave: Educação antirracista. Lei 10.639/2003. Educação infantil.

SUMÁRIO

1 POR ONDE ANDEI, COMO CHEGUEI E ONDE QUEREMOS CHEGAR: CAMINHOS A SE PERCORRER EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	10
1.1 MINHAS ORIGENS E TRAJETÓRIA ESCOLAR.....	10
1.2 DE ALUNA À PROFESSORA: OS ANOS SE PASSARAM, MAS E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?.....	11
1.3 ESTÁGIO DE DOCÊNCIA OBRIGATÓRIO: METAS E DESAFIOS	11
2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	13
2.1 DO QUE ESTAMOS FALANDO?.....	13
2.2 PORQUE FALAR SOBRE ISTO?.....	14
3 METODOLOGIA	16
3.1 COMO INVESTIGAR.....	16
4 PALAVRAS DE PROFESSOR	19
4.1 QUEM SÃO OS SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO?.....	19
4.2 PONTOS CONVERGENTES ENTRE TRÊS DIFERENTES IDENTIDADES	19
4.3 PONTOS DIVERGENTES	20
5 AÇÕES PEDAGÓGICAS, LIVROS, BRINQUEDOS E A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS DIÁRIOS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA COM A NEGRITUDE	21
5.1 ARTEFATOS CULTURAIS.....	21
5.2 POSSIBILIDADES DE TRABALHO ACERCA DA TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA	22
5.3 A IMPORTÂNCIA DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO ESPAÇO POTENCIAL PARA APLICAÇÃO DA LEI	22
6 CONSIDERAÇÕES PARA UM INÍCIO DE PERCURSO: A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	25
REFERÊNCIAS.....	27
APÊNDICE A - Questões das entrevistas realizadas com três professoras de educação infantil	29
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	30

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com a Professora Chiquinha Gonzaga.....	31
APÊNDICE D – Transcrição da entrevista com a Professora Ruth de Souza.....	33
APÊNDICE E – Entrevista com a Professora Benedita da Silva.....	35

1 POR ONDE ANDEI, COMO CHEGUEI E ONDE QUEREMOS CHEGAR: CAMINHOS A SE PERCORRER EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

1.1 MINHAS ORIGENS E TRAJETÓRIA ESCOLAR

Desde muito cedo aprendi que a sociedade, dissimulada e silenciosamente, estigmatiza os descendentes de negros e pardos. Como escrevo dentro do meu campo de atuação - a Educação - neste capítulo discuto em que momentos a escola reforçou ou desmistificou essa relação de hierarquia entre raças.

Voltando alguns anos, buscando em minha memória os momentos vividos como aluna da Educação Infantil da rede particular de Porto Alegre, posso falar que nunca ouvi sobre os povos que deram origem à minha raça, nunca ouvi histórias com protagonistas negros, nunca vi bonecos, brinquedos, materiais que contemplassem as crianças negras. Nem mesmo aqueles feitos de EVA para indicar os gêneros dos banheiros eram negros e/ou pardos.

Vejo que, para minha sorte, em casa eu tive um aporte muito forte para assumir-me e orgulhar-me de ser negra. Por ter a oportunidade de conviver com negros que lutam pela nossa igualdade enquanto seres de direitos e deveres, por ter livros na estante da sala com histórias que possuíam protagonistas negros, pelos filmes que assisti e pelas conversas que ouvi. Esse capital cultural (termo que utilizo referindo-me a Pierre Bourdieu) me fez - e não poderia ser diferente - uma mulher negra orgulhosa de suas raízes.

O tempo foi passando e aquela indiferença com que se tratava a afro-brasilidade continuava ecoando. Sobre os escravos, nada ouvíamos quanto a como viviam antes de serem acorrentados e atirados em navios, forçados a trabalhar em prol de uma raça que se dizia superior, e que ainda hoje percebemos que este pensamento está sendo difundido e, com isso, perpetuando atitudes racistas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entrou em vigor em dezembro de 1996 (ano em que eu cursava a 2ª série do Ensino Fundamental) não mudou a realidade que eu vivia dentro da escola, mesmo que o documento garanta a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar cultura, o pensamento, a arte e o saber”. (LDB, 1996, p. 1).

Finalmente, com a Lei nº 10.639, do ano de 2003, torna-se obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira, sendo um marco na busca pela igualdade racial. Percebe-se, então, que apenas após mais de uma centena de anos em que os negros são livres é que o Estado

Brasileiro impõe, sob forma de lei, a obrigatoriedade do conhecimento da cultura negra e o reconhecimento desta pela escola.

Então, no ano de 2009, encontro meu lugar dentro da Universidade: Licenciatura em Pedagogia. Aqui tive o espaço para cultivar e exercer a afro-brasilidade. Senti-me em um novo mundo, justo e igualitário (reforçado, principalmente, pela política de cotas raciais que começa a trazer os negros para dentro da Universidade Federal), real e não mais utópico. A partir de então, minha paixão pela Educação Infantil faz com que eu exerça a prática pedagógica com crianças de 3 a 4 anos, na mesma escola onde estudei por 13 anos.

1.2 DE ALUNA À PROFESSORA: OS ANOS SE PASSARAM, MAS, E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?

Voltando à mesma escola onde estudei, mas agora como professora auxiliar, pude enxergar grandes mudanças na organização da Educação Infantil. Extremamente valorizada (aqui estamos no segundo semestre do ano de 2009), a instituição investiu fortemente neste nível de ensino. Claro que senti-me muito feliz por estar vivendo este momento de grandes mudanças e valorização da educação da primeira infância, mas, com o passar do tempo, percebi que as práticas para valorização dos sujeitos pouco evoluíram. O planejamento pedagógico sendo feito a partir das datas comemorativas, apresentações sem sentido para as crianças, bem como atividades para desenvolver as motricidades amplas e finas. Não que sejam irrelevantes, porém, me pergunto: onde está a formação de um sujeito crítico, de direitos e deveres?

No ano seguinte, mudo de local de trabalho e continuo no mesmo cargo. As práticas pedagógicas se repetem aqui e de forma mais exacerbada. Incomodada com a situação em que eu via a Educação deste contexto, por conta própria procurei levar as minhas verdades docentes, entretanto, percebendo que seria difícil, na posição em que me encontrava, mudar a realidade da sala de aula em que estava inserida, optei por renunciar a docência.

1.3 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE DOCÊNCIA: METAS E DESAFIOS

Com o estágio obrigatório, já na sétima etapa do curso no primeiro semestre do ano de 2012, volto à sala de aula da Educação Infantil, mas, desta vez, em uma escola pública do município de Porto Alegre e com a orientação da Professora Susana Rangel. Apostei como

princípios: (i) perceber o aluno como sujeito ativo no processo de conhecimento e aprendizagem; (ii) atuar como mediadora dos conhecimentos ao perceber as necessidades do grupo em questão; e, (iii) propiciar um ambiente que valorize e respeite as diferenças.

Durante a observação, algo me chamou a atenção: apenas dois, dos dezoito alunos, eram negros. Como um dos meus princípios contemplava justamente a temática da diferença, quis levar para dentro da sala de aula este ambiente que nos tornasse iguais por direito, mas que respeitasse a individualidade de cada um, pois, segundo Luciana Esmeralda Ostetto (2000) a elaboração de um planejamento depende da visão de mundo, de criança, de educação, de processo educativo que temos e queremos.

Então, procurei realizar atividades que abordassem e valorizassem a diferença racial, étnica, as diversas identidades e formas de ser, porém, foi numa conversa corriqueira na roda - que fazíamos quase que diariamente - que foi levantada a questão do lápis intitulado “cor de pele” (desde 1992, quando eu tinha apenas 4 anos, escuto esta designação). Aquele momento possuía rico significado para mim. Naquele momento eu poderia desmistificar, problematizar com crianças de 4 anos essa “cor de pele”, que na verdade contempla quase ninguém.

Durante uma conversa sobre o tempo (clima) na roda, surgiram comentários sobre a cor do sol: “É amarelo”, disse a A¹. “É cor de pele!” disse a B. Ao escutar a referência a um lápis “cor de pele”, perguntei qual era a cor de pele: “É aquele rosinha!” respondeu a Rafaela. Prontamente, eu afirmei “Mas ... a minha pele não é rosinha ... É bem diferente! A minha pele parece mais com o lápis de cor marrom ...” então a A rebateu “Igual a do P e da M!”. Então o P, que estava sentado do meu lado, colocou seu braço ao lado do meu, procurando claramente comparar as cores de nossas peles. Após refletir, rapidamente ele disse: “Nossa cor é igual!” E, em seguida, me abraçou forte².

A partir deste trecho explicitado, que foi vivido pela turma do maternal II enquanto eu era professora estagiária, pode-se perceber que as crianças possuem a necessidade de notarem-se valorizadas em sua individualidade. Este momento fortalece minha inquietação: apenas professores negros tem competência para tal? Onde está a ação pedagógica que permita aos professores serem mediadores deste problema social?

¹ A fim de preservar a identidade das crianças, utilizo iniciais.

² Trecho retirado do meu Relatório de Estágio Docente Obrigatório.

2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

2.1 DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi alterada com a Lei nº 10.639/2003, a qual torna obrigatória a inserção da História e Cultura Afro- Brasileira no currículo do ensino e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra. A partir deste novo aspecto da educação brasileira, bem como a perspectiva de termos, dentro de poucos anos, a pré-escola como dever do Estado e direito de todos os cidadãos, procuro discutir o que se tem feito em prol desta lei no âmbito da Educação Infantil numa creche pública do município de Porto Alegre. As políticas vêm mudando para a constituição de novos saberes e práticas; com isto, além de ser preciso rever as práticas pedagógicas, é preciso um novo olhar acerca do currículo posto.

Dagmar Meyer (2006), quando aborda as dificuldades em se ter uma educação que contemple múltiplas identidades sociais, afirma que a escola por ter a si imbricada essa produção de identidade, é um espaço disputado por vertentes políticas e movimentos sociais e, por conta disto, é vista como a instituição salvadora dos problemas sociais ou como a causadora deles. Ainda, é vista como o lugar onde se poderia começar a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A autora traz que o currículo escolar “é um artefato social e cultural, que precisa ser compreendido e discutido, considerando-se suas determinações históricas, sociais e linguísticas”. (MEYER, 2006, p. 56). O presente currículo nas escolas ainda tem como referência a cultura branca, ainda está preso aos livros didáticos escritos e determinados por esta cultura e, a partir da lei, é preciso uma renovação; nós, educadores, precisamos interpelar o que vem sendo feito e buscar inovar, fazer de fato uma intervenção política, um movimento social dentro da escola e colocando em posição de questionamento o currículo posto.

Para começarmos a falar de Educação Antirracista, precisamos ter claro que, segundo Tomaz Tadeu da Silva (1995) é importante ir além de que a discriminação e o preconceito são apenas um desvio, mas sim que são marcas enraizadas em nossa história e sociedade. Como explicito no capítulo anterior, o País em que vivemos tem fortes marcas históricas que estigmatizaram os negros e seus descendentes, marcas estas que continuam fortemente presentes em nossa sociedade.

2.2 POR QUE FALAR SOBRE ISTO?

Acredito que o(s) professor(s) que colam apenas anjos brancos, de cabelos louros e encaracolados nas paredes de suas salas de aula não dirão que são racistas, tão pouco se dão conta de que estão discriminando os alunos não brancos e/ou não louros. O que torna o processo pela busca de igualdade racial árduo e trabalhoso, afinal, como lutar contra algo que “não existe”?

Ainda há forte resistência em assumir que sim, vivemos em um País racista. Primeiramente, devemos estar cientes de que estamos inseridos em uma sociedade que têm raízes racistas e que estas são alimentadas através da discriminação silenciosa. O simples atravessar a rua ao avistar uma pessoa negra e/ou parda, bem como o pensamento de que são inferiores e dignos de pena, prova-nos que o racismo e a discriminação existem de forma forte e eloquente no Brasil.

Aqui então, reflito sobre a importância da presença de uma formação docente capaz de superar o pensamento posto e difundido pelo discurso de uma cultura dominante. Para reforçar esta ideia, trago Michael Apple (*apud* SILVA, 1995, p. 15) quando este afirma que “Nossa sociedade é estruturada de tal modo que os significados dominantes têm mais possibilidades de circular”. Nós, educadores, devemos pensar e repensar sobre estes aspectos, tornando a escola um lugar que questione estes discursos, sendo o professor um sujeito crítico que seja capaz de formar sujeitos críticos. Porém, questiono-me se a formação acadêmica tem dado subsídios para que o professor seja quem pode desmistificar o que estamos vendo nas escolas e no currículo escolar.

É válido acrescentar que os professores, além da sua formação acadêmica, possuem a formação não acadêmica: o que viveram, o que ouviram e levam como verdade de seus pares referenciais, enfim, o que os constitui como sujeitos. Por este motivo, trago teóricos críticos a esta discussão, pois, assim, posso dissertar sobre como a cultura de um dado lugar influencia na formação de identidades sociais.

Cláudio Marques Martins Nogueira e Maria Alice Nogueira (2002) trazem uma discussão do sociólogo Pierre Bourdieu que evidencia como uma cultura se sobrepõe a outra. Aqui, utilizo para ilustrar como a cultura afro-brasileira vem sendo negligenciada pelo currículo presente nas escolas, em que este assume uma cultura que valoriza a raça/etnia branca, fazendo com que àquela esteja em detrimento desta.

Bourdieu (1992, p. 52) ressalta que em relação às camadas dominadas o maior efeito da violência simbólica exercida pela escola não é a perda da cultura familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena [...] mas o reconhecimento, por parte dos membros desta camada, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 31).

Os estudos de Gládis Kaercher (2006, p.107) apontam a relevância do termo *raça*, afinal ele ajuda-nos a pensar acerca do problema social que paira sobre a sociedade brasileira, que torna o fenótipo dos indivíduos a fonte de determinação da classificação de negros, brancos, amarelos, pardos, dentre outras denominações. Segundo a autora “A cor no Brasil (con) funde-se com o conceito de raça e cria um matiz local, diverso e único, que coloca as questões raciais no Brasil em um espaço singular e inusitado”.

Então, o maior dano às nossas crianças afro-descendentes não é a absorção de uma cultura que não é sua, mas sim reconhecer sua cultura e a si mesmas como inferiores, levando-as a negar-se como afro-descendentes, a ter vergonha de suas raízes, de sua negritude.

3 METODOLOGIA

Aqui, explico como pretendo investigar e também defendo o porquê das escolhas dos caminhos metodológicos, bem como dos sujeitos entrevistados, que diante da importância de sua posição de professor são grandes influenciadores na constituição de identidade.

3.1 COMO INVESTIGAR?

Esta pesquisa será realizada com três professoras da mesma instituição pública de Educação Infantil do município de Porto Alegre, sendo que duas atuam em turmas de Jardim A (turma que compreende crianças de 4 a 5 anos de idade) e uma de Jardim B (turma que compreende crianças de 5 a 6 anos de idade). A escolha de professoras se deu em função da faixa etária que atendem, afinal, há uma expectativa de que a pré-escola – abrangendo crianças de 4 a 6 anos - seja considerada Educação Básica em poucos anos no cenário brasileiro.

De caráter qualitativo, a pesquisa aborda a formação de professores da Educação Infantil, a fim de analisar como os educadores infantis percebem, trabalham (ou não) a cultura afro-brasileira. A partir das entrevistas com as professoras que possuem adequação para intervir no problema identificado que norteia a pesquisa, refletirei acerca das práticas pedagógicas que se fazem presentes com relação ao ensino da cultura negra. Afinal, segundo Antonio Chizzotti:

A abordagem qualitativa tem relação entre o mundo real e o sujeito, há um vínculo indissociável entre mundo objetivo e subjetividade do sujeito. Além disso, o objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (1991, p. 79).

Sabendo que estes sujeitos entrevistados podem intervir (e estão intervindo) na realidade que está posta, proponho entrevistas que permitam que os entrevistados sejam indagados por mim e possam dissertar em sua resposta, para que eu possa ficar atenta às comunicações verbais e atitudinais, como desenvolveu Carl Rogers (1945). Acredito na influência desta visualização de olhares, gestos, manias, vícios de linguagem, dentre outros, pois muitas vezes a forma como agimos diante de determinado assunto é o que realmente diz a importância que se dá ao tema que está sendo tratado.

É importante ressaltar que a metodologia, segundo Meyer e Paraíso (2012), trata-se de caminhos, de como conduzo esta pesquisa e, portanto, a metodologia é pedagógica. Ao falar deste “como fazer”, posso dizer que realmente é a parte mais importante da presente pesquisa, afinal “como” perguntar para os professores se eles valorizam e contemplam a cultura afro-brasileira no âmbito pedagógico? As autoras subsidiam o meu fazer ao dizer que entendem metodologia como:

[...] um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações - que, em congruência com a própria teorização preferimos chamar de “produção” de informação - e de estratégias de descrição e análise. (MEYER; PARAÍSO, 2012).

Então, preparei uma série de questões que me levassem a perceber a relevância do tema para as professoras entrevistadas e que as mesmas pudessem se auto-avaliar através de um conceito atribuído depois de respondidas as perguntas. Acredito que, assim, estarei produzindo a informação necessária para analisar a partir de escolhas feitas após as entrevistas e suas transcrições.

Acrescento às entrevistas observações da sala de aula: paredes, estantes, armários, livros, brinquedos, imagens reproduzidas no espaço pedagógico. Além da sala de aula, também se faz necessária a observação da escola: corredores, recepção, pátio, refeitório, setor de enfermagem, etc.

Abaixo, a entrevista que conta com seis perguntas e uma breve explicação de cada uma, bem como minhas pretensões como pesquisadora.

- 1- Para você, qual a importância de brinquedos, livros, jogos, etc., que tragam personagens e questões afro?
- 2- Como você imagina que esta questão da afro-brasilidade pode ser trabalhada na Educação Infantil?
- 3- Como ela tem sido trabalhada na instituição?
- 4- E por você?

5- Você conhece a Lei nº 10.639/2003 (que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira)?

6- Avalie - em uma escala de 0 a 5, onde 0 é nem um pouco e cinco é completamente - como você vem atendendo a lei.

A primeira questão trata da relevância que é dada por cada entrevistada acerca dos materiais pedagógicos que abordem a afro-brasilidade; com essa pergunta já procurarei estar atenta a como o docente trata este tema. A segunda questão parte para as ideias e noções que cada entrevistada tem sobre o trabalho pedagógico envolvendo as questões afro dentro de seu campo de atuação - a Educação Infantil. A terceira pergunta é com ênfase na instituição, pois, é de extrema relevância saber se a escola aborda o tema e, caso positivo, como o faz. A quarta questão é para que a entrevistada possa falar sobre o seu próprio trabalho, para que essa possa expor como trata das questões de raça/etnia, como valoriza (ou não) o assunto no seu fazer pedagógico, em sua sala de aula. A quinta questão, então, traz de forma direta o conhecimento da entrevistada acerca da lei que altera a LDB para o ensino básico brasileiro. A última pergunta é uma auto-avaliação da entrevistada, proporcionando um espaço em que ela possa refletir acerca de sua prática, suas atitudes, princípios e valores como docente.

4 PALAVRAS DE PROFESSOR

4.1 QUEM SÃO OS SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO?

A professora Chiquinha Gonzaga³ é estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, branca, 21 anos. Em sua segunda experiência com educação infantil, totalizando oito meses exercendo a docência, está desde meados deste ano nesta instituição à frente de uma turma de Jardim A.

A professora Ruth de Souza é graduada em Pedagogia pela mesma universidade em que estuda a professora C, tendo colado grau em 2011. É negra e tem 22 anos. Em sua experiência de três anos com educação infantil, é professora de Jardim A desde o início deste ano.

A professora Benedita da Silva é graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões desde o ano de 2005, branca, 32 anos. Há seis anos trabalha na Educação Infantil, dois deles como professora de Jardim B.

As três professoras trabalham na mesma escola de Educação Infantil. As perguntas foram as mesmas e, neste capítulo, dedico-me a refletir, rapidamente, sobre as semelhanças e diferenças de suas respostas.

4.2 PONTOS CONVERGENTES ENTRE TRÊS DIFERENTES IDENTIDADES

As três entrevistadas reconhecem a importância de artefatos culturais para a educação. Salta aos olhos quando as três professoras respondem que não percebem um trabalho em prol da Lei nº 10.639/2003 presente na instituição. As três afirmam que as formas de se trabalhar com a questão da afro-brasilidade na Educação Infantil deve ser através da literatura, de forma muito natural. A nota atribuída por elas mesmas a sua prática, em como elas vêm trabalhando dentro das exigências da lei, também ficaram próximas resultando numa média 2,5 (dois vírgula cinco), tendo como nota máxima 5 (cinco).

³ A fim de preservar a identidade das entrevistadas, utilizo grandes nomes de negras brasileiras para referir-me as professoras.

4.3 PONTOS DIVERGENTES

Mesmo concordando com a forma de trabalho, elas dizem distintas abordagens em suas práticas pedagógicas. Enquanto a professora Chiquinha Gonzaga defende a utilização de recursos musicais “*samba, Olodum, músicas afro-brasileiras*” e filmes, a professora Ruth de Souza discursa que a roda de conversa, as perguntas que rompem com estereótipos, problematizações junto às crianças para desconstruir “verdades” impostas, como o lápis cor de pele (exemplo citado pela própria entrevistada). A entrevistada Benedita da Silva acredita que o tema deve ser levado para a sala com naturalidade, de forma adequada, já que falamos de um grupo de crianças.

5 AÇÕES PEDAGÓGICAS, LIVROS, BRINQUEDOS E A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS DIÁRIOS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA COM A NEGRITUDE

Designo a este capítulo as análises que surgiram a partir dos principais pontos levantados por mim nas entrevistas. Apresento-as em três categorias que considero de extrema importância para a reflexão acerca do que será apresentado.

5.1 ARTEFATOS CULTURAIS

Diante da observação da escola e atrelado aos depoimentos das professoras entrevistadas, pude perceber que mesmo que a instituição e professorado invistam em livros e bonecas negras para suas salas de aula, não tem sido suficiente. Livros e brinquedos não educam por si só, eles precisam que alguém potencialize seu conteúdo, os artefatos não valorizam a cultura negra e afro-brasileira apenas por estar dentro do espaço pedagógico - grande equívoco pensar assim. É claro que é importante que eles façam parte desta configuração da sala de aula, mas tê-los juntando pó na estante de nada contribui na construção deste caminho em busca de igualdade.

Estes materiais devem ser o apoio para o educador ir de encontro com os estereótipos estampados na mídia, sendo assim uma grande ferramenta pedagógica, mas aposto em seu uso consciente, mergulhado num ambiente de reflexões e problematizações.

Kaercher e Dalla Zen (2010, p. 3) afirmam que há uma leitura de cada criança sobre esses artefatos culturais e que destas interpretações surgem seus entendimentos e construções acerca de raça e etnia. Segundo as autoras:

[...] raça e etnia são construções culturais que se instituem nos artefatos – como os livros infantis – e que “formam” as identidades raciais dos sujeitos que interagem com tais artefatos. Há, portanto, uma dimensão pedagógica na Literatura Infantil.

Sendo assim, o professor deve fazer destes artefatos seus aliados em suas ações pedagógicas, agir com intencionalidade ao distribuir estes artefatos em sua sala de aula, conversar com seus alunos sobre o que está sendo feito para que assim, de fato, colabore para a formação desse grupo de crianças, principalmente em sua construção de identidade.

“É muito importante (sobre os artefatos culturais) porque os alunos negros que têm em sala de aula têm que se sentir incluídos de alguma forma.” (PROFESSORA CHIQUINHA GONZAGA, 2012).

Sem dúvida, ter artefatos culturais que valorizem a história afro-brasileira é importante, mas a forma com que vamos abordá-los, sem dúvida, é o que de fato dará o sentido para a aquisição deles.

5.2 POSSIBILIDADES DE TRABALHO ACERCA DA TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA

As três professoras falam de música, filmes, de conversas e intervenções naturais, mas, ao mesmo tempo, percebo que a questão da afro-brasilidade não se faz presente no dia a dia desta instituição. Ao iniciar o percurso desta pesquisa, minha maior inquietação era: apenas professores negros têm competência para abordar as questões da história e cultura afro? E ao ouvir *“as que trazem, que mais chamam atenção para esse tema são as próprias professoras negras”* (PROFESSORA BENEDITA DA SILVA, 2012) confirmo que somos nós, educadoras negras e conscientes de nossa negritude, que levamos com profundidade e entranhamos em nossas ações pedagógicas a valorização da cultura afro-brasileira.

Ler um livro, conversar sobre a África, os negros e suas heranças culturais deveria ser de competência de todo o corpo docente e da instituição, indiferentemente da raça dos sujeitos envolvidos nesta troca de conhecimentos. A música é grande aliada para falarmos acerca desta temática, a capoeira - que foi muito difundida pelo Brasil - une a musicalidade presente nesta luta (cantos, instrumentos, movimentos) e o legado negro para nosso País.

Acredito que as educadoras, sujeitos participantes desta pesquisa, tenham boas intenções para abordar a questão afro, mas, percebo que há dificuldade no “como” fazer, pois elas mesmas dizem *“[...]com músicas, talvez trazendo samba, Olodum, músicas afro-brasileiras”* (PROFESSORA CHIQUINHA GONZAGA, 2012), porém percebo que há grandes dúvidas com relação ao que são músicas afro-brasileiras e como dar o primeiro passo com relação a este trabalho na Educação Infantil.

5.3 A IMPORTÂNCIA DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO ESPAÇO POTENCIAL PARA APLICAÇÃO DA LEI

Estamos acompanhando um momento de mudanças no âmbito das leis que dizem respeito à Educação no Brasil. A Lei de número 10.639/2003 altera a LDB e provoca discussões em nosso cenário educacional. Por fim, a história e cultura africana terão de ser

reconhecidas pela escola e trabalhadas no espaço escolar. Busco em Carmem Maria Craidy (2001) apoio para falar do impacto das leis sobre as instituições de ensino. Segundo a autora, os estados e municípios devem se adequar a esta nova lei e que esses novos olhares com relação às obrigações políticas são consequência da Constituição Federal de 1988, a qual define a doutrina da *criança como sujeito de direitos*. Também se pode dizer que as instituições infantis (creches e pré-escolas) devem adequar-se às novas normas e diretrizes definidas pelos órgãos competentes e que deverão estar disponíveis nas secretarias municipais e estaduais de educação. (CRAIDY, 2001, p. 26).

Então, a escola de Educação Infantil, como espaço onde se constituem as infâncias, onde há o primeiro contato escolar das crianças, deveria ser o espaço que potencializasse a lei - e aqui me refiro especificamente à Lei nº 10.639/2003, foco desta análise - e permitisse que as culturas perpassassem por ela, emergissem nos espaços pedagógicos que dela fazem parte, valorizando os múltiplos sujeitos e formas de ser presentes na contemporaneidade.

Com base nas entrevistas realizadas e nos depoimentos das professoras entrevistadas, percebemos que a instituição não está priorizando os aspectos que acentuariam as práticas pedagógicas em prol desta história e cultura. Percebo, então, que é preciso que o corpo docente esteja articulado e amparado a partir de formações continuadas e de incentivos para tomar conhecimento das leis.

Ao ouvir o seu aluno expressar verdades que remetem à raça do colega, a forma de intervenção da professora Chiquinha Gonzaga é através de conversas e, neste momento, então, ela aborda a temática da diversidade, diferentes culturas. Esta fala me causou certa inquietação, pois ouvir a professora dizer que não há manifestações racistas, mas às vezes um colega diz para o outro "*Ele é mais preto que eu*", me pôs a pensar: esta é uma manifestação clara de que é preciso ser trabalhada, discutida, problematizada as diferenças raciais, mas, e se antes de surgir este comentário os alunos já tivessem sido convidados a pensar sobre raça, sobre a história da miscigenação no Brasil. Será que, ainda assim, surgiria tal comentário? A professora, diante desta afirmação de seu aluno, conversa com o seu grupo sobre diferenças e dá tudo por resolvido, ali - em mais ou menos quinze minutos - resolve-se a questão e se dá por encerrada.

Nós, educadores, sabemos que não podemos estar presentes em todos os espaços pedagógicos, articulando nossas ações pedagógicas. No pátio, por exemplo, não conseguimos escutar a todas as conversas (e por vezes não queremos), no banheiro, no refeitório, nos locais

de chegada/saída das crianças e, para o espanto de alguns, nem em nossa sala de aula conseguimos dar conta de tantas conversas paralelas, brincadeiras e faz de conta.

Nesta instituição, observei apenas dois bebês do sexo feminino feitos de EVA pardo/marrom claro no setor de enfermagem. As demais imagens são de bebês/crianças brancas, com traços de gênero bem marcados (laço na cabeça, saia, bola de futebol, cores “de menina” e “de menino”). Assim, percebemos a negação da raça negra, inferiorizando-a silenciosamente.

Portanto, se as instituições estivessem preparando seus professores através de oficinas e formação continuada, adequando seus corredores para que esses abriguem e deem conta de valorizar diversas culturas, seria muito mais curto nosso caminho em busca de um espaço que contemple amplamente a LDB e suas decorrentes resoluções, aqui especificamente a Lei nº 10.639/2003, a qual almeja uma educação antirracista em nosso País.

“Eu acho que a Educação Infantil, ainda assim, é o melhor meio, a minha sala de aula, a sala de aula de cada professora é o melhor meio de acabar, de ir né, terminando com essa... com esses pequenos meios racistas que ainda existem”. (PROFESSORA RUTH DE SOUZA, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES PARA UM INÍCIO DE PERCURSO: A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao concluir este trabalho, mas não os estudos que aqui inicio, pude refletir acerca das entrevistas com base em meus referenciais teóricos na importância que docentes e instituição vêm dando para a Lei de número 10.639/2003. Destaco a relevância do tema para a Educação Infantil, sobretudo pelo momento histórico que estamos vivendo em nosso País.

Sabemos que a política brasileira está assumindo sua responsabilidade social para com os negros e afro-descendentes - aos cidadãos de raça negra - ao estabelecer a política das cotas raciais, entretanto, não se pode definir quando esta dívida social será quitada para com aqueles que foram oprimidos. Aqui, estamos falando de anos, talvez décadas. Torna-se, assim, impossível prever quando e se o problema será solucionado.

É importante salientar que, em nenhum momento, este trabalho de conclusão foi um julgamento dos sujeitos participantes, bem como da instituição de ensino, mas sim uma possibilidade de perceber e refletir; pensar na maneira com que os docentes e espaços pedagógicos estão se adequando para, de fato, existir uma educação antirracista.

Em nenhum momento pude ter respostas definitivas, tampouco seria esta a proposta desta pesquisa. Busco, apenas, fazer um convite à reflexão e tomada de ações pedagógicas que contemplem a afro-brasilidade em nossas práticas educativas. Acredito na importância de um olhar crítico acerca do que se vem fazendo na Educação Infantil com relação ao tema.

Ao iniciar a presente escrita, surgiram questões muito pontuais, a partir das reflexões de minhas experiências como aluna e professora negra de Educação Infantil que vinham trazendo certa inquietação ao meu pensar diante das práticas e espaços pedagógicos: apenas professores negros podem tratar da temática da afro-brasilidade? Ao ouvir como resposta de uma das questões da entrevista elaborada que *“as que mais trazem, que mais chamam atenção para esse tema (da afro-brasilidade) são as próprias professoras negras”* (PROFESSORA BENEDITA DA SILVA, 2012), percebo que realmente quem tem chamado a atenção para a questão são, de fato, os professores negros.

Ao observar as salas de aula e demais espaços pedagógicos, bem como as práticas docentes, pude perceber que não é suficiente que se coloquem livros que tragam personagens afro, pois eles precisam ser problematizados junto às crianças e concomitantemente deve-se valorizar a imagem de negros e afro-descendentes, tornando-as tão naturais quanto as demais imagens.

É claro que meu olhar torna-se mais sensível e atento a esta questão pelo fato de que sou negra e ciente da minha negritude. Porém, este olhar deve estar permeando pelos corredores da Educação Infantil, tendo em vista que nossa política já se encaminha para a organização de tornar a pré-escola obrigatória no Brasil e, por consequência, a Lei nº 10.639/2003 deverá ser contemplada por nós, educadores infantis. Penso que, além de estarmos simplesmente adequando-nos à lei, estaremos nos adequando às necessidades emergentes de nossa sociedade, assim constituindo uma educação melhor para o futuro.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Consumindo o outro: branquidade, educação e batatas fritas baratas. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 5. ed. 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. SP: Cortez, 1991.

CRAIDY, Carmem Maria. A educação infantil e as novas definições da legislação. 2001. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, G. E. S. (Org.). **Educação infantil: para que te quero?** Porto Alegre: ARTMED, 1998.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. **O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola**: 1999. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MEYER, Dagmar E. E. Das (im)possibilidades de se ver como Anjo. In: Nilma Lino Gomes; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. (Org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 1, p. 50-71.

MEYER, Dagmar E. E.; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre *como fazemos* nossas investigações. In: MEYER, Dagmar E. E. (Org.); PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v. 1. 312p .

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**. Ano 23, nº 78, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.) **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágio**. Campinas: Papirus, 2002.

RAMOS, Tanise Müller. **Tecendo tramas, trançando gentes:** narrativas constituindo identidades em uma escola municipal de Porto Alegre/RS no ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Porto Alegre, 2009.

ROGERS, Carl R. The Non-Directive Method as a Technique for Social Research. In: **American Journal of Sociology**, 54(4): 279-88, 1945.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Descolonizar o currículo: estratégias para uma pedagogia crítica. Dois ou três comentários sobre o texto de Michael Apple. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Alienígenas em sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

APÊNDICE A - Questões das entrevistas realizadas
com três professoras de Educação Infantil

1. Para você, qual a importância de brinquedos, livros, jogos, etc., que tragam personagens e questões afro?

2. Como você imagina que esta questão da afro-brasilidade pode ser trabalhada na Educação Infantil?

3. Como ela tem sido trabalhada na instituição?

4. E no seu trabalho?

5. Você conhece a Lei nº 10.639/2003 (que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira)?

6. Avalie - em uma escala de 0 a 5, onde 0 é nem um pouco e cinco é completamente - como você vem atendendo a lei.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**Pesquisa para trabalho de Conclusão de Curso
A Lei nº 10.639/2003 na Educação Infantil**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A presente pesquisa está vinculada ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo produzida para fins de Trabalho de Conclusão de Curso.

Para este fim serão coletadas entrevistas com docentes em conversas abertas, nas quais surgiram questões acerca de como eles percebem a Lei nº 10.639/03, bem como a forma com que se trabalha a afro-brasilidade na escola.

Você está sendo convidado (a) a participar deste estudo, assim sua autorização é solicitada para que a pesquisadora responsável – Jéssica Anjos de Lucena – possa realizar esta coleta de dados. Os dados e registros desta pesquisa serão mantidos sob sigilo ético, não sendo mencionado o nome do(a) participante, de forma fictícia, garantindo assim a privacidade e confidencialidade das informações. Todo o desenvolvimento do trabalho será orientado pela Profª Drª Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher e seu destino final será um Trabalho de Conclusão de Curso, que ficará à disposição para a consulta pública na biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS.

Eu, _____ fui informado sobre os objetivos da pesquisa acima descrita e concordo em participar da mesma.

Caso o(a) participante tenha qualquer dúvida, poderá fazer contato com a pesquisadora Jéssica Anjos de Lucena através do telefone (51) 8494-5505 ou com sua orientadora Profª Drª Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher, na Faculdade de Educação, pelo telefone (51) 3308-3141.

Assinatura do Responsável

Assinatura da Pesquisadora – Jéssica Anjos de Lucena

APÊNDICE C – Transcrição da Entrevista com a Professora Chiquinha Gonzaga

1. Para você, qual a importância de brinquedos, livros, jogos, etc., que tragam personagens e questões afro?

(Silêncio breve)

É muito importante porque os alunos negros que têm em sala de aula têm que se sentir incluídos de alguma forma, eu confesso que eu não ... que na nossa sala de aula não tem muita representatividade nesse sentido. E ... nós temos só um aluno negro e já notamos algumas (ãn) atitudes dele com relação a isso, algumas manifestações dele com relação a falta de material acerca ... com personagens negros, filmes, enfim. Mas eu acho importante na questão de valorizar a cultura da criança.

2. Como você imagina que esta questão da afro-brasilidade pode ser trabalhada na Educação Infantil?

Acho que a partir disso com filmes, com músicas, talvez trazendo samba, Olodum, músicas afro-brasileiras; enfim, acho que a partir da música e de filmes, acho que seria bem legal.

3. Como ela tem sido trabalhada na instituição?

(Longo silêncio)

Olha... Eu não vejo muito com relação a isso, acho que tem muita (ãn) atitude com relação a isso. A partir de literatura, contação de história, com livros que se direcionam a essa questão, além disso, não vejo muito trabalho.

4. E por ti?

(Outra pausa curta)

Quando eu vejo manifestações por parte do meu aluno que é (...) ou dos outros que têm na minha sala, que às vezes eles se manifestam com relação a isso eu busco conversar, mostrar a partir da conversa as diferenças, as diferentes culturas.

(Interrompo) Manifestações racistas?

Não (enfático), manifestações do tipo ... Falar que alguém é diferente porque “aah, fulano é negro” esse tipo de coisa, mas não manifestações racistas ... Ou “ele é mais preto que eu”.

(EU) A intervenção de vocês é através da conversa? A entrevistada olha em meus olhos e acena positivamente com a cabeça.

5. Você conhece a Lei nº 10.639/2003 (que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira)?

Nunca li a lei, já ouvi falar, discutir os pontos principais em discussões em aula, nada mais dirigido.

6. Avalie - em uma escala de 0 a 5, onde 0 é nem um pouco e cinco é completamente - como você tem atendido a lei.

Dois.

APÊNDICE D – Transcrição da Entrevista com a Professora Ruth de Souza

1. Para você, qual a importância de brinquedos, livros, jogos, etc., que tragam personagens e questões afro?

A importância é toda né, tu tem que ver no ambiente que ... eu acho que tu tem que te preocupar mais com o que tem, né, tu ver se a tua sala tem do que dizer a importância. Só de tu olhar a tua sala né, só de olhar a sala de aula da professora tu vai saber se aquilo é importante para ela ou não.

2. Como você imagina que esta questão da afro-brasilidade pode ser trabalhada na Educação Infantil?

Acho que de diversas formas, principalmente nos livros que têm muito, em rodas de conversas, não na semana, não somente naquela semana em que todos falam da negritude no Brasil, mas não de forma que identifique alguma criança né, que identifique algum aluno que tu fala especificamente por causa daquele aluno, eu acho que tem que ser trabalhada no contexto do cotidiano, não de forma de projeto, mas trazer um livro, ver o que eles pensam sobre isso, fazer eles também trocar ideias do que isso signi ..., do que significa ser negro, o que significa..., O que que é uma criança dizer que tem um lápis cor de pele, que quer um lápis cor de pele a criança falar que quer um lápis cor de pele, então tu pega e diz “Mas que pele é rosa?” Porque o lápis cor de pele que eles dizem é rosa, daí né, levar a criança a ter estes questionamentos “Que cor é tua pele? Tua pele parece o lápis cor de pele, tua pele é rosa? Não?! E a minha, que sou professora, que sou negra? É rosa?” Então eu acho que nessas pequenas coisas a gente já consegue trazer essa questão pra sala.

3. Como ela tem sido trabalhada na instituição?

Eu acho que não tem sido trabalhada. Pelo menos o que eu tenho visto, né, ali ... as salas em que eu passei assim, em que eu estive presente, não foi trabalhada como se ... como eu acho que deveria, e mesmo a aquisição dos livros têm acontecido, né, a questão da cor de pele, do lápis, eu mesma já discuti com ... Discuti não, eu mesma já falei com uma criança, trouxe essa discussão para dentro da sala de aula, porque eles se referem muito a essa

questão de pele, mas eu acho que a gente não vê muito na Educação Infantil ... Como um todo.

4. E o teu trabalho?

Que nem eu já falei, com pequenas coisas né, em livros, que não ... né, que não sejam na semana, tem crianças que trouxeram na semana da consciência negra relatos de né, o que que né, tava acontecendo, então eu acho que trabalhar fora da semana que nem nessas pequenas atitudes, tu vê uma criança dessas falando alguma coisa, isso, referindo negro a sujo, a ... né, fazer toda essa discussão né, do porque, o que que levou a pessoa aquela a criança a falar isso, porque a criança de alguma forma ela teve algum né, ela tá tendo alguma, algum contato fora, ela tá ouvindo de alguém então ela tá trazendo isso pra sala, né pra sala de aula e eu acho que a Educação Infantil ainda assim é o melhor meio, a minha sala de aula, a sala de aula de cada professora é o melhor meio de acabar, de ir né, terminando com essa ... com esses pequenos meios racistas que ainda existem.

5. Você conhece a Lei nº 10.639/2003 (que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira)?

Sim.

6. Avalie - em uma escala de 0 a 5, onde 0 é nem um pouco e cinco é completamente - como você vem atendendo a lei.

Eu acho que 3.

APÊNDICE E – Entrevista com a Professora Benedita da Silva

1. Para você, qual a importância de brinquedos, livros, jogos, etc., que tragam personagens e questões afro?

É importante para valorizar a cultura negra e o Brasil tem muito desta cultura.

2. Como você imagina que esta questão da afro-brasilidade pode ser trabalhada na Educação Infantil?

Com naturalidade, como qualquer outro tema. Uma vez fizemos um passeio ao museu e tinha objetos que usaram para castigar os escravos e o monitor apenas disse para que servia aquilo, mas e não considerei certa a forma como foi dito a um grupo de crianças Então fizemos uma roda para conversar sobre o rapto dos escravos.

3. Como ela tem sido trabalhada na instituição?

Pouco. A não ser quando surge a necessidade, as que trazem, que mais chamam atenção para esse tema são as próprias professoras negras.

4. E no seu trabalho?

Procuro trabalhar isso no dia a dia, com situações do cotidiano ... Para mim, eles são iguais, então eu não vou expor essa diferença.

5. Você conhece a Lei nº 10.639/2003 (que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira)?

Já ouvi falar, mas nunca li a lei.

6. Avalie - em uma escala de 0 a 5, onde 0 é nem um pouco e cinco é completamente - como você vem atendendo a lei.

Acho que entre 2 e 3.